

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 09



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO



O **9º Boletim Informativo** do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social, referente ao ano de 2024, apresenta as principais atualizações sobre a temática, destacando, entre outros assuntos, a **formalização da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, lançada em julho deste ano, sob a presidência brasileira no G20.



Ressalta-se que a política pública de Assistência Social, por meio de seus serviços, programas e projetos, contribuiu significativamente para a redução dos índices de pobreza e extrema pobreza no país, alcançando uma diminuição de aproximadamente 40% em um ano. Com base na estratégia global proposta, este exemplo bem-sucedido pode servir de referência para a erradicação da fome e da desigualdade em âmbito mundial.



A Aliança está aberta à adesão de governos, organizações internacionais, instituições acadêmicas, fundos e bancos de desenvolvimento, bem como instituições filantrópicas. Dependendo da política implementada, o setor privado de cada país poderá ser convocado a participar e contribuir para a execução das iniciativas, por exemplo, por meio de parcerias público-privadas, conforme as diretrizes estabelecidas pelo país implementador.



A partir de novembro, quando a nova iniciativa for oficialmente lançada pelo G20, países e instituições interessados ainda poderão aderir à Aliança, contudo, não serão considerados membros fundadores.

SUMÁRIO

01 NOTÍCIAS

02 ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

03 INDICAÇÕES INTERATIVAS

04 “OUSE SABER”

Equipe

Paulo Henrique Amaral Motta

Promotor de Justiça - Coordenador

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos

Assistente Ministerial (Serviço Social)

Jovana Albuês da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

Governo divulga primeiro relatório da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) divulgou, no dia 1º de agosto, o primeiro relatório semestral da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Criada em 2023, a iniciativa tem como objetivo fortalecer a gestão e a fiscalização desses programas, ao garantir que os benefícios cheguem às famílias que mais precisam.

“Apresentar esse relatório é promover a transparência e comunicar à população brasileira e, especialmente, aos gestores e técnicos do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, e demais trabalhadores do SUAS, sobre os compromissos assumidos pela Rede Federal para o aprimoramento e qualificação do CadÚnico e do Bolsa Família”, afirmou Érica de Andrade, coordenadora suplente da Rede Federal.

O documento apresenta um detalhamento das atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2024, além de projetar as ações para o segundo semestre.

Fonte: Governo Federal.

Enap apoia Sagicad no aprimoramento da agenda de monitoramento e avaliação dos programas do Painel Monitora MDS

A Diretoria de Altos Estudos (DAE) da Enap e a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) formaram parceria para execução de diversas iniciativas de fortalecimento da agenda de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A união foi selada em março. Um dos frutos dessa parceria é o **trabalho de aprimoramento das atividades de monitoramento dos seis programas que compõem o Painel Monitora MDS**: o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Cadastro Único, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas e o Programa Fomento.

A coordenadora-geral de Avaliação e Organização de Evidências da DAE, Larissa Fonseca, destacou como esse apoio metodológico às gestoras e aos gestores do MDS foi um trabalho de peso.

Fonte: Governo Federal.

Bolsa Família chega a mais de 24,2 milhões de crianças e adolescentes em agosto

Os pagamentos de agosto do Bolsa Família tiveram início no dia 19, para 20,76 milhões de famílias. O investimento do Governo Federal é de R\$ 14,12 bilhões neste mês, o que dá um benefício médio de R\$ 681,09. Com o **foco na infância e adolescência**, o programa alcança mais de 16,48 milhões de crianças de zero a 11 anos e 7,73 milhões de adolescentes de 12 a 17 anos. São 24,22 milhões de pessoas nessas faixas etárias, o que corresponde a 44,4% do total.

Esse é o público atendido pelos benefícios primeira infância de R\$ 150 e variável familiar criança e adolescente de R\$ 50. Além de, indiretamente, serem contemplados pelos benefícios variável familiar gestante e nutriz de R\$ 50 cada. Para Jenivalda Santos, 53 anos, marisqueira em São Cristóvão, Sergipe, o valor do benefício é o que garante a renda familiar.

“Eu recebo o Bolsa Família e para mim e para todos que precisam, é uma ajuda. Muitas mães que têm filhos, crianças pequenas e não podem trabalhar, vivem disso. Eu tenho uma filha e ela vive disso, porque as crianças são pequenas, não tem creche, não tem com quem deixar e o Bolsa Família é uma grande ajuda”, relatou a beneficiária.

Em agosto, foram R\$ 1,32 bilhão destinados ao Benefício Primeira Infância (BPI) para mais de 9,35 milhões de crianças de zero a seis anos. Outros R\$ 53,74 milhões são destinados para as famílias de 1,14 milhão de gestantes, enquanto R\$ 19,65 milhões vão para as residências de 408,19 mil nutrízes.

Pelo Benefício Variável Familiar para as crianças e adolescentes de sete anos a 16 anos incompletos o investimento é de R\$ 567,49 milhões para alcançar 12,37 milhões de pessoas. Para 3,16 milhões de adolescentes de 16 anos a 18 anos incompletos o repasse é de R\$ 142,16 milhões.

Fonte: Governo Federal.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



“Essas caminhonetes darão autonomia para a população indígena”, afirma secretária

“A entrega das caminhonetes darão autonomia para a população indígena decidir o que é melhor para ela mesma e de melhorar a renda, porque melhorando a renda, melhora a vida das famílias e toda a comunidade”, declarou a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc).

A declaração foi feita no dia 19 de agosto, na entrega de sete caminhonetes para o Programa SER Família Indígena e dois caminhões para o Programa SER Família Solidário. Os veículos foram adquiridos com recursos da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), somando um investimento de mais de R\$ 2,4 milhões.

A aquisição dos veículos tem como objetivo fortalecer as ações do Programa SER Família, garantindo um atendimento mais eficiente e abrangente às comunidades indígenas envolvidas. As aldeias beneficiadas são dos municípios de Canarana, Comodoro, Gaúcha do Norte, Juína, Novo São Joaquim e Querência.

Fonte: Governo de Mato Grosso.

Campanha orienta mulheres sobre como agir em situações de violência



“Levaremos para toda a população, por meio do protocolo ‘não é não’, a atitude recomendada a se fazer em caso da mulher sofrer violência”, afirmou a secretária de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso, Grasi Paes Bugalho, durante o evento de assinatura do lançamento do Movimento MT Por Elas, nesta segunda-feira (19.08), no Palácio Paiaguás.

O Movimento MT Por Elas, gerenciado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), em parceria com a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), é uma ação contínua que visa combater diversas formas de violência contra a mulher em Mato Grosso. A conscientização será feita por meio de campanhas publicitárias e cartazes informativos que serão colocados em bares, restaurantes, escolas, condomínios e outros estabelecimentos.

Durante a cerimônia, representantes da Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel), do Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de MT (SHRBS), da Associação dos Síndicos de Residenciais e Comerciais (ASCMAT) e da Associação dos Condomínios MT (Ascon) assinaram o documento de adesão ao Movimento MT Por Elas.

Fonte: Governo de Mato Grosso.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Setasc lança edital para seleção de projetos voltados à assistência social



A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso (Setasc) lançou, no dia 19 de agosto, o edital de Chamamento Público nº 01/2024 para selecionar organizações da sociedade civil (OSCs) com projetos voltados para promoção de serviços de assistência social, com atuação nas áreas de cidadania, criança, direitos humanos, assuntos comunitários, programa para famílias e consumidor.

O investimento será de R\$ 21 milhões e as instituições interessadas devem se inscrever até o dia 19 de setembro.

Poderão ser selecionados até 73 projetos, por ordem de classificação e mediante disponibilidade orçamentária para elaboração dos termos de fomento, atendendo os valores de referência contidos no Edital.

As organizações poderão apresentar uma única proposta, de acordo com a atuação de sua instituição. Caso venham a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada.

Os projetos apresentados pelas OSCs não podem ter como objetivo exclusivo a aquisição de bens ou o pagamento de pessoal. Os projetos devem estar diretamente relacionados à execução dos serviços prestados pela própria organização. Embora a compra de bens ou o pagamento de salários possa ser uma parte do projeto, esses elementos não podem ser o objetivo principal.

Fonte: Governo de Mato Grosso.

Serviço Social na Previdência: 80 anos de inserção e luta



Em 2024, o Serviço Social celebra oito décadas de inserção e luta na Previdência Social. Para comemorar, o CFESS em conjunto com a Federação Nacional de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), realizará uma série de ações ao longo deste segundo semestre, além de lançar peças gráficas comemorativas e chamar atenção para a situação da previdência social brasileira na atualidade

Desde 1944, o Serviço Social brasileiro está presente na política de previdência social, hoje gerida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — uma das primeiras áreas de atuação da profissão no país. O CFESS reafirma a defesa de uma previdência social pública, estatal e de qualidade, e convida a categoria a refletir sobre a trajetória de desafios e conquistas da profissão na Previdência Social nesses 80 anos.

A primeira peça comemorativa produzida pelo CFESS é o selo especial, com o slogan “Serviço Social na Previdência Social: direito da classe trabalhadora”.

Fonte: CFESS.



2. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPDFT lança documentário sobre pessoas em situação de rua

Em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) lança o documentário “Caminhos para casa”. A iniciativa, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED), visa sensibilizar a sociedade, dando protagonismo às pessoas que superaram a situação de rua e destacando a importância dos equipamentos públicos e das equipes que atuam nesse contexto.

A coordenadora do NED, **promotora de justiça Polyanna Silvaes**, diz que a sociedade muitas vezes teme a população em situação de rua e não enxerga essas pessoas como seres humanos com direitos. *“Há ainda uma resistência contra os equipamentos públicos que as atendem, com a crença de que removê-las dos espaços urbanos por meio da segurança pública é suficiente para resolver o problema. Existe a ideia equivocada de que a extinção desses serviços faria com que essa população desaparecesse”*, comenta.

O NED tem como atribuição fomentar e acompanhar a implementação e a execução das políticas públicas para a conscientização da necessidade de se combater todas as formas de discriminação, entre elas as vivenciadas pela população em situação de rua, bem como no reconhecimento e implementação dos direitos assegurados a esse grupo vulnerável.

Fonte: MPDFT.

“MPRN Perto de Você” promove ação de cidadania e saúde para população em situação de rua de Parnamirim

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) promoveu uma grande ação de cidadania voltada para a população em situação de rua em Parnamirim. O momento faz parte da programação da VIII edição do projeto MPRN Perto de Você. A ação aconteceu no dia 14 de agosto, no CRAS Monte Castelo, e reuniu dezenas de pessoas.

Durante a iniciativa foram ofertados serviços essenciais e específicos pensados nas necessidades dessa população, visando a inclusão social. A ação é capitaneada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Cidadania (Caop-Cidadania) e da Promotoria que atua com essa temática na cidade. *“Essa ação teve um grande êxito na edição de Natal e considerando a vulnerabilidade desse público, nós optamos por repetir nessa edição. Todos os parceiros foram bastante receptivos em somar esforços nesse grande momento”*, registrou a **promotora de Justiça Iveluska Lemos**, coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Cidadania.

Para a oferta dos serviços, foram fechadas parcerias com órgãos como o ITEP, Receita Federal, cartórios, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Tribunal Regional Eleitoral. O ITEP emitiu carteiras de identidades no novo formato, já os cartórios fizeram a emissão de segunda via de certidão de nascimento e casamento, e a Receita Federal realizou consulta e cadastramento de CPFs.

Fonte: MPRN.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua: MPRS apresenta projeto "Rua Cidadã" em eventos em Santa Maria e Brasília

Em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, o coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e da Proteção aos Vulneráveis do Ministério Público do Rio Grande do Sul (CAODH/MPRS), **Leonardo Menin**, participou, no dia 19 de agosto, de seminário sobre o tema na Câmara de Vereadores de Santa Maria, intitulado "Direito à Cidade: rompendo os muros da invisibilidade".

Abordando a ação de descumprimento de preceito fundamental – ADPF 976 e o reconhecimento dos direitos da população em situação de rua, Menin apresentou o projeto "**Rua Cidadã**", do MPRS, por meio do CAODH. A partir do projeto, foi elaborado questionário enviado a todos os municípios gaúchos, para um levantamento sobre os quantitativos da população em situação de rua no Estado e sobre a implementação das políticas públicas para essa população, em cumprimento à liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 976.

Fonte: MPRS.

MPRR aciona Judiciário para que Prefeitura de São João da Baliza estruture o CREAS

No dia 17 de junho, o Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), por meio da Promotoria de Justiça de São Luiz, ajuizou Ação Civil Pública (ACP), com pedido de Liminar, para obrigar o Município de São João da Baliza a estruturar o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

De acordo com o MPRR, durante inspeção realizada no ano de 2023 e também neste ano, constatou-se a precariedade da rede socioassistencial do município. Em diligência, a equipe técnica do Ministério Público identificou que o CREAS ainda ocupa a mesma estrutura física do Conselho Tutelar, sendo utilizada uma única sala, destinada tanto ao trabalho administrativo, quanto ao trabalho técnico e a estrutura é totalmente inadequada. A equipe mínima do CREAS encontra-se incompleta, somente com uma assistente social e sem psicólogo, e ainda sem serviço administrativo, inviabilizando o adequado funcionamento da unidade.

"Não se pode permitir que o município continue, de forma equivocada e mal administrada, a executar serviços sem a estrutura exigida para tanto e sem se capacitar para o oferecimento de uma unidade que atende a direitos fundamentais de crianças e adolescentes", argumenta na Ação Civil, a **Promotora de Justiça, Lara Von Held**.

Fonte: MPRR.

3. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA VER

1

“Fala MDS debate o programa Acredita no Primeiro Passo”

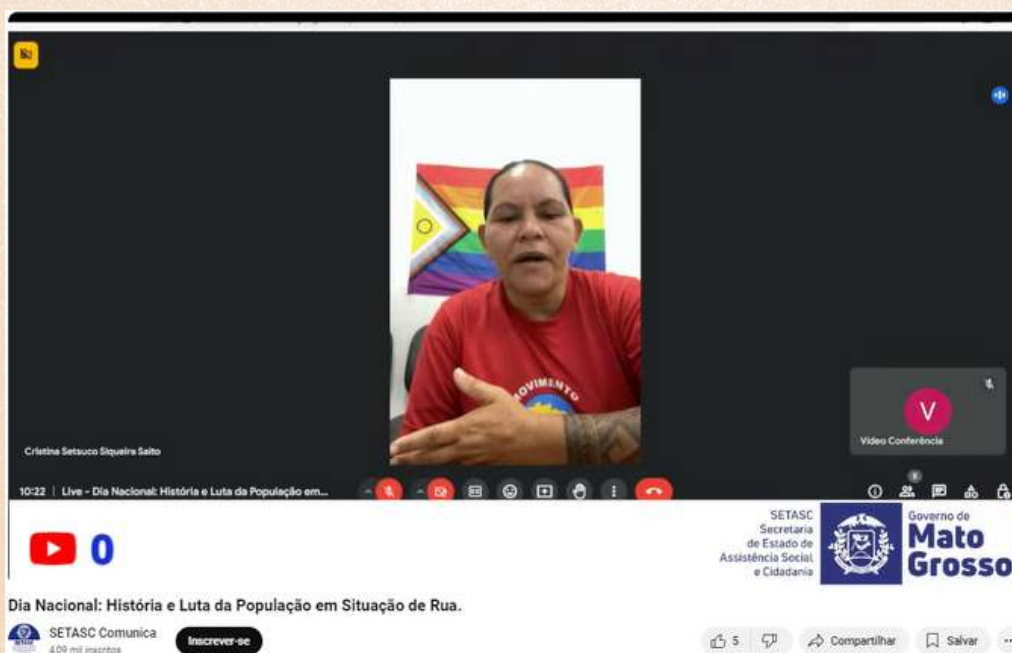
Fonte: Canal do Youtube - MDS.



2

“Dia Nacional: História e Luta da População em Situação de Rua”

Fonte: Canal do Youtube - SETASC Comunica.



3. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

- 3 **AGENDA 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil.**



Fonte: IPEA.

- 4 **“VII RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL”**



Fonte: GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030.

PARA OUVIR

- 5 **“G20 Social troca conhecimento sobre combate à fome e à pobreza”**

Fonte: Soundcloud. Podcast “Fala, MDS”.



4. "OUSE SABER"



A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), preconiza que *"a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável"* (ONU, 2015).

No Brasil, a política de assistência social desempenha um papel central nos esforços voltados para a superação da pobreza e da desigualdade, promovendo proteção social por meio de serviços e benefícios, conforme suas atribuições constitucionais e legais. No entanto, é pertinente indagar em que medida essa política contribui para o cumprimento das metas estabelecidas pelo primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.

Os serviços socioassistenciais se consolidaram como importante iniciativa estatal no combate à pobreza no país, constituindo-se referência nos territórios em termos de proteção social de pessoas e famílias a partir de estratégias de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da promoção do acesso ao mercado de trabalho e da garantia de direitos e liberdades, entendidos como dimensões nucleares na mensuração da pobreza não monetária (Alkire, 2013; Lopes, Macedo e Machado, 2003).



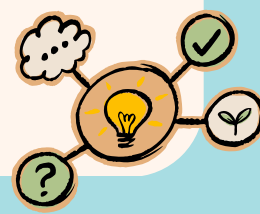
Nos últimos quinze anos, a política de assistência social ganhou capilaridade ao ampliar a oferta de equipamentos públicos para responder, por meio dos serviços, a uma série de situações de vulnerabilidade social e de violação de direitos (Paiva et al., 2016).

Em um contexto de retração econômica e aumento da miséria, as metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) recolocam a questão da pobreza na agenda brasileira, elevando o nível dos compromissos assumidos pelo país.

Nesse sentido, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi aprovada durante o encontro do G20, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2024. O evento contou com a presença de representantes dos países do G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, além da União Europeia e da União Africana. O Brasil e Bangladesh foram os primeiros países a aderir à iniciativa.

A Aliança tem como objetivo estabelecer um mecanismo prático para a mobilização de recursos financeiros e de conhecimento, provenientes de regiões onde são mais abundantes, e direcioná-los para onde são mais necessários, apoiando a implementação e a ampliação de ações, políticas e programas em nível nacional.

As adesões dos membros à Aliança são formalizadas por meio da apresentação de uma Declaração de Compromisso, que inclui diretrizes gerais, com os objetivos e o desenho da Aliança, além de itens adaptados aos interesses e condições de cada novo membro. As Declarações de Compromisso são voluntárias e podem ser atualizadas por cada país ou instituição conforme suas necessidades.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO